



GT - GESTÃO SOCIAL, REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
Modalidade da apresentação: Comunicação oral

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: o trabalho em uma associação indígena**

Ana Karoliny Xavier de Gois  
Juliana Amorim Dias de Oliveira  
Dinara Leslye Macedo e Silva Calazans  
Nila Patrícia Freire Pequeno  
Washington José de Sousa

### **RESUMO**

A região Nordeste concentra cerca de 40% dos empreendimentos de economia solidária no Brasil, destacando-se os de caráter rural, como as associações de agricultura familiar. Em meio a essas associações encontra-se a cozinha comunitária do Amarelão, empreendimento localizado numa comunidade indígena do Rio Grande do Norte. Neste sentido, questiona-se quais (e se) os atributos de Economia Solidária estão presentes nas relações de trabalho da cozinha da Associação Comunitária do Amarelão. Tem-se, portanto, como objetivos desse estudo: caracterizar o trabalho realizado na cozinha da associação; identificar quais atributos de Economia Solidária estão presentes no trabalho associativo da cozinha; evidenciar conquistas e desafios no trabalho associativo da cozinha; analisar se há alguma reconfiguração nos atributos da Economia Solidária, em virtude das tradições indígenas. A pesquisa em tela justifica-se devido a escassez de estudos encontrados em periódicos científicos e na academia sobre economia solidária em comunidades indígenas e pela realização de trabalho de extensão universitária na localidade, com interesse de apoio recíproco entre academia e comunidade. A coleta de dados foi realizada mediante anotações dos pesquisadores, redigidas sempre após o término da atividade de extensão na comunidade, mediante técnica da pesquisa-ação. Todos os preceitos éticos foram cumpridos, inclusive os particulares para estudos em comunidade indígena. Os atributos identificados na cozinha da Associação Comunitária do Amarelão são elementos importantes para a afirmação do grupo como empreendimento econômico-solidário. Frente às dificuldades apontadas ao longo do trabalho, as mulheres têm conseguido desenvolver um trabalho de autogestão solidário, cooperativo e economicamente viável, demonstrando potencialidades e possibilidades de melhoria. Contudo, não se observou nenhuma alteração nas relações socioeconômicas da cozinha, em virtude do contexto indígena, necessitando de estudos com maior aprofundamento para enriquecer o debate em torno dessa temática.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Comunidade Indígena. Cozinha Comunitária.

### **1 INTRODUÇÃO**

---

O movimento associativo teve grande crescimento na década de 1980, fazendo com que o número de estudos na área fosse ampliado. Na década seguinte, igualmente, ganharam espaço as discussões acerca das Organizações Não-

Governamentais (ONG) e da Economia Solidária, dando destaque aos empreendimentos econômico-solidários como uma forma alternativa ao modelo capitalista. Nesse período, no Brasil, o número de desempregados era elevado e, para Silva (2017), a economia solidária era tida como uma estratégia de enfrentamento ao desemprego em áreas urbanas, como no caso das empresas autogestionárias oriundas das empresas em processo de falência. Já em áreas rurais, destacaram-se as iniciativas no âmbito da produção alternativa e sustentável como a agroecologia e a agricultura familiar, e os movimentos de segurança alimentar e nutricional, e de povos e comunidades tradicionais.

A região Nordeste concentra cerca de 40% dos empreendimentos de economia solidária no Brasil, destacando-se os empreendimentos de caráter rural, especificamente as associações de agricultura familiar, conforme dados do boletim Acontece Senaes (BRASIL, 2013).

Em meio a essas associações pesquisadas encontra-se a Associação Comunitária do Amarelão, empreendimento localizado numa comunidade indígena do Rio Grande do Norte. Por se tratar de um espaço indígena, as relações socioeconômicas e políticas do grupo podem ser influenciadas pelo contexto das tradições locais e reconfigurar os atributos característicos de empreendimentos econômico-solidários. Para este estudo, a análise se dará somente na atividade realizada na cozinha da associação, a fim de entender que relações estão postas no ambiente de trabalho. Dessa forma, o presente estudo tem como problema de pesquisa *quais (e se) os atributos de Economia Solidária estão presentes nas relações de trabalho da cozinha da Associação Comunitária do Amarelão?*

A fim de responder o problema de pesquisa, os autores delimitaram como objetivo geral do estudo analisar quais atributos de Economia Solidária estão presentes nas relações de trabalho da cozinha da Associação Comunitária do Amarelão. Do objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos: a) caracterizar o trabalho realizado na cozinha da associação; b) identificar quais atributos de Economia Solidária estão presentes no trabalho associativo da cozinha; c) evidenciar conquistas e desafios

no trabalho associativo da cozinha; d) analisar se há alguma reconfiguração nos atributos da Economia Solidária, em virtude das tradições indígenas.

A realização do trabalho justifica-se em virtude de três aspectos: acadêmico, social e pessoal. São escassos os estudos encontrados em periódicos científicos e na academia sobre economia solidária em comunidades indígenas. Em breve busca realizada, percebeu-se que os poucos estudos realizados são, em maioria, na região Norte, em comunidades indígenas do território amazônico, contexto diferente das comunidades indígenas do Nordeste. Acerca do impacto social, a sistematização das informações deste estudo permitirá melhor compreensão do trabalho realizado na cozinha da associação, oferecendo mais elementos para a melhoria das atividades, tanto no âmbito da produção, quanto no processo de gestão do espaço. Por fim, outro elemento que justifica a relevância do trabalho é o desenvolvimento do projeto de extensão Sistemas Agroalimentares sustentáveis e mulheres rurais: um enfoque sobre a gestão de circuitos curtos de comercialização em comunidades de povos tradicionais (indígenas) no RN, vinculado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, junto à OASIS, PET- Zootecnia e Projeto SISAN-Universidades. O projeto tem como objetivo fortalecer o uso da cozinha comunitária no aproveitamento da produção para consumo da comunidade e geração de renda (oferecidos na feira livre da comunidade e acesso a mercados institucionais). Como os autores do estudo atuam nas atividades do projeto em questão, é de interesse comum elaborar pesquisas a partir da sistematização dos dados coletados.

---

## 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

O surgimento da economia solidária está relacionado ao movimento cooperativista que, por meio das ideias e ações de Robert Owen, criaram bases de proteção ao trabalhador e um novo modelo organizacional, baseado em relações de trabalho mais horizontais, humanas, produtivas e autogestionárias (SINGER, 2002). Foi na cooperativa de Rochdale que os princípios do cooperativismo foram criados, passando por adequações ao longo dos anos. Tal processo resultou nos princípios cooperativistas de Manchester, em 1995, sintetizados na adesão livre e voluntária de

seus participantes, controle democrático dos sócios, participação econômica, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e preocupação com a comunidade (CANÇADO; GONTIJO, 2004). Esses aspectos organizacionais foram assimilados às práticas das cooperativas e, posteriormente, aos empreendimentos econômico-solidários (EES), que passaram a incorporá-los em suas rotinas de trabalho e tomada de decisão.

No Brasil, o movimento de economia solidária passou a ter mais evidência nas décadas de 1970 e 1980, quando o contexto econômico nacional era de desemprego em áreas urbanas e de movimentos migratórios em reposta à revolução verde no campo. Para Singer (2002), a economia solidária fundamenta-se nas contradições que o modelo capitalista cria, oportunizando o surgimento de organizações com modelos de desenvolvimento contrários ao modo de produção em vigor. Ele afirma, ainda, que "em grande medida, os empreendimentos solidários são resultados diretos de falências de firmas capitalistas, da subutilização do solo por latifúndios e desemprego em massa" (SINGER, 2002, p.113). Consoante à ideia de que a economia solidária contrasta com o modelo capitalista, Culti (2014) afirma que empreendimentos econômico-solidários tem como elemento central de sua atividade o princípio da solidariedade, portanto, contrário à proposta de individualismo competitivo. Silva (2017) complementa que esses empreendimentos têm orientação para valores não mercantis, como cooperação e democracia, ainda que se caracterizem como iniciativas econômicas. Esses princípios e valores norteiam as relações interpessoais e dão caráter particular à tal tipo de empreendimento, principalmente ao notar que a presença de interações sociais que vinculam a solidariedade, democracia e emancipação social, além de comportar variados aspectos de organizações econômicas, assumem a livre associação do trabalho, os princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade (SIMON; BOEIRA, 2017).

Entretanto, Andion (2005) alerta que organizações do campo da economia solidária comumente estabelecem relações com o Estado e com o mercado, onde nem sempre vigora a racionalidade substantiva. A presença de outra racionalidade nessas

relações faz com que os valores originais aos EES se confrontem, misturem e interpenetrem, aproximando-os de outra lógica, mais instrumental.

Ainda que as organizações da economia solidária tenham princípios e valores similares, elas possuem diferenças significativas quanto à tipologia de sua atividade econômica. Com base no mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no ano de 2007, Culti (2014) identificou a existência de grupos informais, associações, cooperativas e empresas autogestionárias ligadas à atividade agropecuária, extrativista, de pesca, produção manufaturada industrial e artesanal, além de atividades de serviços e comércio. Cerca de metade (48%) desses empreendimentos atuam exclusivamente em área rural, principalmente quando assumimos como recorte de análise a região Nordeste. Dados do boletim Acontece Senaes (2013), mostram que 56,2% dos EES trabalham com produção ou produção e comercialização. Em suas relações econômicas, os EES no Brasil realizam atividades no âmbito da produção de bens e serviços, crédito e finanças solidárias, comércio e consumo solidário. Para Culti (2014), destacam-se quatro características essenciais aos empreendimentos, a saber: cooperação, autogestão, solidariedade e viabilidade econômica.

“Na **cooperação** há interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva de bens, partilha dos resultados de forma equitativa e responsabilidade solidária diante das dificuldades. Na **autogestão** estão presentes as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesses. A **solidariedade** envolve a preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida dos participantes, comprometimento com o meio ambiente sustentável, com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadores(as) e consumidores(as). Na **viabilidade econômica** vê-se a agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, comercialização, crédito e consumo” (CULTI, 2014, p. 8, grifo nosso).

Os atributos em questão são elementos importantes que caracterizam os EES, independente de sua atividade econômica principal. A existência deles, em seus diversos níveis, atesta o caráter solidário do empreendimento. Dessa forma, eles serão utilizados como base teórica para análise das características e relações econômico-

solidárias da cozinha da Associação Comunitária do Amarelão. O estudo irá ater-se, conforme objetivo da pesquisa, à compreensão dos atributos presentes no trabalho da cozinha da associação.

---

### 3 METODOLOGIA

O estudo em questão, quanto aos seus objetivos, categoriza-se como exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, por buscar maior familiaridade de determinado fenômeno por meio da compreensão do contexto do problema (FERREIRA et al, 2012). Neste sentido, os autores buscaram melhor compreensão da cultura e das relações sociais e de trabalho existentes em uma comunidade indígena, contexto particular que condiciona as atividades desenvolvidas em um empreendimento econômico-solidário. A pesquisa caracteriza-se, ainda, como pesquisa-ação, Segundo Thiollent (1985, p.14),

é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

Esse tipo de pesquisa torna-se adequada ao presente estudo, uma vez que ele se origina de ação de um projeto de extensão ao qual os autores estão vinculados. Dessa forma, igualmente é oportuno destacar que a coleta de dados foi realizada por meio do método de observação participante. Para Gil (2006), a observação participante permite o acesso rápido a dados e informações de comunidades ou grupos, captando a relação comportamento-fala dos observados. O foco da observação foi o grupo que trabalha na cozinha da associação, composto por seis mulheres. Todas elas são moradoras da comunidade, vinculadas à associação e utilizam o espaço da cozinha para produzir alimentos. A coleta de dados foi realizada mediante anotações dos pesquisadores, redigidas sempre após o término da atividade de extensão na comunidade. Foram realizadas seis visitas ao grupo, no intuito de desenvolver ações do projeto de extensão. A análise dos dados foi realizada por meio da categorização, alocando as informações coletadas nos atributos de empreendimentos econômico-solidários, preconizados por Culti (2014): cooperação, autogestão, solidariedade e

viabilidade econômica. A partir da análise das anotações realizadas pelos pesquisadores, as informações foram utilizadas para evidenciar a presença de fatores que atenuam, ou não, os atributos de economia solidária na cozinha da associação.

Cabe ressaltar que este trabalho se trata de estudo preliminar, apontando achados que deverão ser complementados em pesquisas futuras, com a aplicação de instrumentos de pesquisa mais robustos. Um dos impedimentos para a coleta de dados foi o trâmite do estudo no Comitê de ética em Pesquisa, apreciado sob o CAAE - 09097919.3.0000.5292, mas que até a elaboração do presente estudo não havia liberado o parecer consubstanciado como aprovado, inviabilizando a aplicação dos instrumentos de coleta de dados planejados. Outrossim, todas as questões éticas relativas à pesquisa com povos indígenas foram respeitadas e a pesquisa-ação só foi iniciada após a anuência da liderança indígena, reconhecimento e aceitação do grupo na comunidade.

---

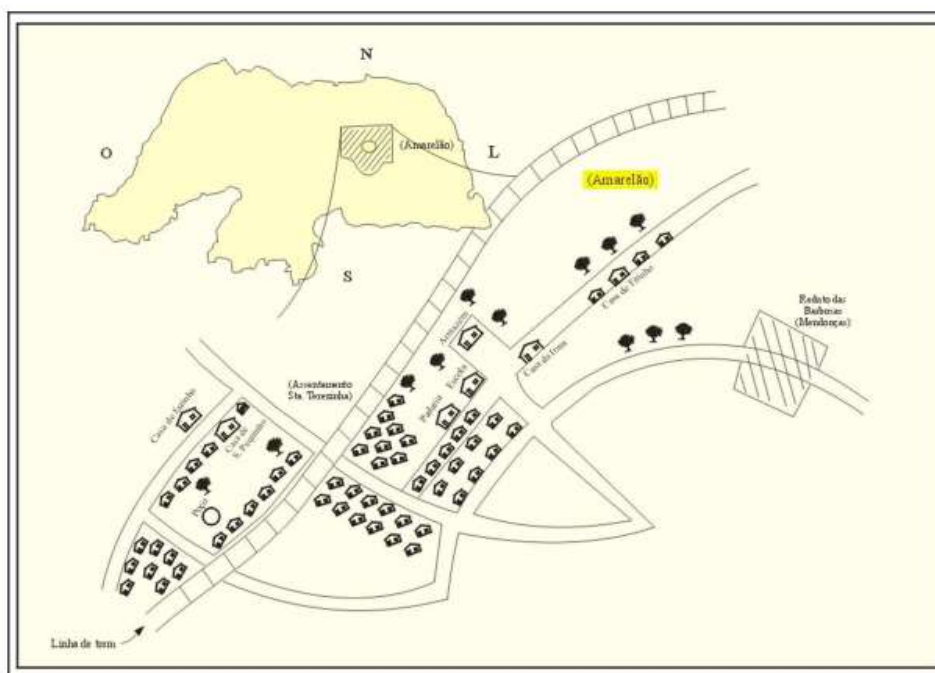
#### 4 ANÁLISE DOS DADOS

A comunidade indígena dos Mendonça do Amarelão está localizada na área rural do município de João Câmara/RN e possui cerca de dois mil habitantes, com pouco mais de 1000 indivíduos autodeclarados indígenas, segundo dados do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CALAZANS et al., 2017). Seu território compreende uma faixa de cinco mil hectares de terra seca e pouco fértil, como visto na Figura 1. O nome da comunidade advém do sobrenome Mendonça, que remete aos primeiros que ali chegaram, e o termo Amarelão, que possui três origens contadas pelos locais. Relativo à economia da região, a principal atividade produtiva baseava-se no plantio e coleta de algodão, reflexo da produção do estado na primeira metade do século XX. Após a queda na produção de algodão, os Mendonça tiveram que buscar novas alternativas de geração de renda e iniciaram a produção de castanha de caju em suas fazendas, por volta das décadas de 1970 e 1980. Para Guerra (2007, p. 81), “a castanha tem uma longa história no Amarelão, embora trágica. Isto porque, atrelado ao labor exaustivo, está um grave problema social, gerado pela falta de opção das famílias [...] o trabalho infantil e do jovem em idade escolar”. Atualmente, a castanha continua



sendo o principal produto da comunidade, gerando renda às famílias que a produzem. Todavia, o valor do produto comercializado é considerado baixo, já que maior parte das vendas é realizada para atravessadores que não pagam um preço justo pela castanha. Há outras produções familiares como hortaliças, leite bovino e ovos de galinha, mas que não possuem o mesmo retorno econômico como a castanha.

**FIGURA 1 - Mapa do Amarelão**



Fonte: Guerra (2003)

Sobre os equipamentos públicos, a comunidade possui uma unidade de saúde, que realiza atendimentos básicos aos moradores, e uma escola de nível fundamental e médio, recém-construída, mas que até março de 2019 ainda não estava em funcionamento. Além desses, há a Associação Comunitária do Amarelão, importante espaço de debate entre os moradores da comunidade. A associação tem sede própria e situa-se próxima à escola. Sua presidente é uma mulher, liderança do território, e que conta com sua filha na vice-presidência. Elas atuam em movimentos indígenas há bastante tempo, dialogando com outras lideranças possibilidades de melhoria para o povo indígena do Rio Grande do Norte. Regularmente são realizadas reuniões na associação e nos momentos em que os pesquisadores estiveram presentes, percebeu-



se que as mulheres eram maioria, tanto em número quanto em participação efetiva, seguindo o exemplo da liderança feminina da comunidade.

Além da atuação sociopolítica, a associação também possui uma cozinha, a qual é utilizada para produção de alimentos pelas associadas. No espaço trabalham seis mulheres, incluindo a presidente da associação (liderança indígena), e elas elaboram diversos produtos artesanais alimentícios, como apresentado no Quadro 1.

**QUADRO 1** - Alimentos produzidos na cozinha da associação

BOLO	Ovos	DOCE	Cocada com castanha
	Moça		Biscoito de castanha
	Milho verde		Brigadeiro de castanha
	Coco		Mousse de frutas com castanha
	Macaxeira	SALGADO	Coxinha
	Laranja		Pastel
	Castanha		Risole
	Chocolate		Enroladinho de salsicha
	Preto		Salgadinho de queijo

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2019).

Todos esses alimentos são produzidos diariamente e tem como consumidores as próprias pessoas da comunidade, bem como clientes do centro do município, em João Câmara. Como a castanha de caju é a principal fonte de renda da comunidade, ela está presente em quase todas as preparações de doce do grupo, sendo o principal produto que remete à identidade cultural da comunidade, o bolo de castanha. Além dos alimentos expostos no quadro, a depender da demanda, a cozinha igualmente trabalha com a produção de refeições do tipo café-da-manhã, almoço e jantar. Tal produção depende da demanda, como informado, já que não há consumo perene na comunidade, o que inviabiliza economicamente a produção desses tipos de preparações. Um exemplo observado desse tipo de demanda ocorreu no período de construção da escola da comunidade, quando os trabalhadores da obra se alimentavam na cozinha da associação.

Sobre a dinâmica de trabalho, as seis mulheres que trabalham na cozinha dividem-se na produção dos alimentos, alternando os períodos de produção e as

atividades que cada uma desempenha. Nesse aspecto, percebeu-se a presença do atributo *autogestão*. Ainda que a presidente da associação tenha, em sua fala, relativo poder de decisão, ficou claro que as decisões estratégicas e cotidianas são tomadas de forma participativa, considerando a percepção de todas as mulheres. Conforme aponta Cançado (2004, p. 51), "a autogestão é um modo de organização do trabalho, onde não há separação entre concepção e execução do trabalho e os meios de produção são coletivos", e é a partir desse entendimento que os autores observaram o uso da cozinha de forma coletiva pelas mulheres, seja em decisões cotidianas sobre a escala de produção, manutenção dos equipamentos ou compra de insumos, até decisões estratégicas sobre desenvolvimento de novos produtos.

Ao relatar o período em que houve elevação do trabalho mediante o aumento da produção dos alimentos para os trabalhadores da obra da escola, as mulheres expuseram uma situação de ajuda mútua. Ainda que o trabalho na cozinha seja diário, elas têm obrigações domésticas com o lar e devem adequar-se a essa dupla jornada de trabalho. Desse modo, elas definiram jornadas de trabalho baseadas na situação particular de cada uma, levando a uma compreensão de *cooperação*. A ajuda mútua, nesse caso, caracteriza a existência de relações cooperativas, uma vez que o trabalho na cozinha não se sobrepõe ao contexto de cada trabalhadora. Além disso, percebeu-se que os resultados econômicos da cozinha são compartilhados de forma equitativa entre as mulheres, por meio de parâmetros que elas mesmas definem de forma coletiva. Tal entendimento de cooperação feita pelas associadas está alinhado ao que preconiza Culti (2014) em seu estudo, ao tratar a cooperação como uma responsabilidade solidária ante as dificuldades.

Como dito anteriormente, as mulheres devem adequar-se a uma dupla jornada de trabalho, realizada na cozinha da associação e no seu lar. Para elas, os rendimentos obtidos através da associação são fonte de renda complementar, mas não menos importante que a renda familiar de seus parceiros. Não foi possível identificar o valor real ganho a partir do trabalho na cozinha, nem se as mulheres possuem ferramentas de controle financeiro, estimando com exatidão seus custos e sobras geradas pela venda de produtos. Contudo, pôde-se observar que a renda gerada na cozinha tem

valor significativo para elas. O dinheiro ganho a partir da cozinha complementa a renda familiar, ao passo que garante certa autonomia e empoderamento das mulheres, no que tange a possibilidade de decidir sobre o orçamento familiar. Além das vendas comuns, realizadas diariamente, há na comunidade uma feira que acontece todas as sextas-feiras da semana. Essa feira foi apontada como um dos mais importantes espaços de comercialização do município de João Câmara, chegando a competir em tamanho e volume de produtos comercializados com a feira do centro da cidade. Nela, as mulheres conseguem vender seus alimentos aos produtores e compradores que transitam no local, ampliando a sobra gerada pela associação. Outra possibilidade de ampliação das vendas da cozinha é o mercado institucional, representado, aqui, pelo poder público de João Câmara. A cozinha, por meio da associação comunitária, pode comercializar seus alimentos para a prefeitura por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Entretanto, deve-se adequar-se à legislação que rege a produção de alimentos e aos ritos burocráticos de uma chamada pública.

Mesmo que não haja controle financeiro adequado e que o valor ganho por meio do trabalho não garanta um salário mínimo para as associadas, vê-se a "agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção" (CULTI, 2014, p. 8), o que garante, minimamente, a *viabilidade econômica* da cozinha da associação, não somente em aspectos monetários, mas na dinamização da economia da comunidade, fragilizada pela dependência da cultura da castanha de caju.

Essa preocupação com a comunidade evidencia um outro atributo da economia solidária, a *solidariedade*. Os relatos dos atributos anteriores demonstram elementos apontados por Culti (2014) como a distribuição justa dos resultados, sejam sobras ou perdas, e o bem-estar das trabalhadoras. Não obstante, há, igualmente, comprometimento com o meio ambiente, uma vez que as associadas planejam, em parceria com a equipe do projeto que desenvolve ações na comunidade, desenvolver sistema de reaproveitamento da água da cozinha e das chuvas, que poderá ser utilizada em quintais produtivos das famílias beneficiadas. Essa ação é importante, se considerarmos a escassez de água na região do semiárido. Outra questão pulsante ao tratar da solidariedade é o entendimento das mulheres sobre a importância da cozinha,

não só para a melhoria das condições de vida delas, mas de toda a comunidade. As atividades econômicas desenvolvidas beneficiam todos que produzem, uma vez que os insumos utilizados na produção advêm dos mercados locais e dos próprios produtores do Amarelão, fazendo com que as relações econômicas se fortaleçam.

Os atributos de economia solidária identificados na cozinha da Associação Comunitária do Amarelão são elementos importantes para a afirmação do grupo como empreendimento econômico-solidário. Frente às dificuldades apontadas ao longo do trabalho, as mulheres têm conseguido desenvolver um trabalho solidário e economicamente viável, demonstrando potencialidades e possibilidades de melhoria. Questões como o trabalho da mulher, participação no orçamento familiar, geração de renda na comunidade, empoderamento feminino e produção de alimentos com insumos locais, emergem como conquistas relevantes das mulheres em questão. Ainda assim, existem desafios ao trabalho realizado como a sazonalidade da produção das refeições elaboradas, que depende de obras realizadas na comunidade, a adequação às normas sanitárias de produção de alimentos e aos trâmites dos processos administrativos que envolvem a venda ao PNAE, e própria atuação dos atravessadores, que acabam comprando parte significativa da produção de castanhas de caju dos agricultores por preços baixos, não estabelecendo uma relação de comércio justo.

Por fim, não foi percebida nenhuma alteração nas relações socioeconômicas da cozinha, em virtude do contexto indígena. Os atributos teóricos da economia solidária se consolidaram no trabalho tal qual outros empreendimentos não indígenas. Entretanto, ao analisar um espectro mais amplo, de associação e comunidade, percebeu-se nos relatos das mulheres, principalmente nas falas da presidente, certo inconformismo com o fato de outras lideranças indígenas masculinas não reconhecerem o trabalho realizado pela liderança feminina do Amarelão. Acredita-se que a situação exposta seja reflexo das tradições indígenas patriarcais, que atribuem ao homem a responsabilidade de governar e liderar seu povo. Não foi possível, por meio dos procedimentos metodológicos empregados, verificar tal hipótese. Igualmente, o fato da cozinha ser gerida totalmente por mulheres não permitiu observar essa relação

de gênero entre uma liderança indígena feminina e um homem indígena, e se ela poderia reconfigurar, de alguma forma, os atributos e preceitos da economia solidária.

---

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa perspectiva, percebeu-se que as atividades econômicas desenvolvidas privilegiam a todos, tendo em vista que os insumos usados na produção advêm dos mercados externos e internos a comunidade, fazendo com que as relações econômicas se fortaleçam. Com isso, não se observou nenhuma alteração nas relações socioeconômicas da cozinha, em virtude do contexto indígena. Dessa forma, é de suma importância que haja mais estudos desse caráter tendo em vista sua escassez na literatura, tensionando sobre o estudo em questão ser de natureza preliminar, que ainda haverá mais profundidades na pesquisa para resultados futuros.

---

## REFERÊNCIAS

ANDION, Carolina. A gestão no campo da Economia Solidária: particularidades e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 79-101, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. MTE/SENAES. Atlas da Economia Solidária. Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária –SIES - DISPONIBILIZA NOVA BASE DE DADOS. Boletim especial. Disponível em:  
[http://base.socioeco.org/docs/acontece\\_senaes\\_2013\\_-\\_n34\\_ed\\_especial.pdf](http://base.socioeco.org/docs/acontece_senaes_2013_-_n34_ed_especial.pdf),  
Acesso em 05 de abril de 2019.

CALAZANS, Dinara L. M.; PEQUENO, Nila P. F; CÂMARA, Jean P.T.; SILVA, Amanda P. G.; LYRA, Clélia de O. POVOS INDÍGENAS E DIREITOS SOCIAIS: Análise do Direito Humano à Alimentação Adequada dos índios potiguaras de Sagi-Trabanda no Rio Grande do Norte. **INTERFACE – Natal/RN**, v.14, n 1, jan/jun, 2017.

CANÇADO, Airton C. Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática. 2004. DISSERTAÇÃO – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

CANÇADO, Airton C.; GONTIJO, Mário C. H. Princípios cooperativistas: origem, evolução e influência na legislação brasileira. In: ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINO-AMERICANO DE COOPERATIVISMO, 3, São Leopoldo, 2004.



CULTI, Maria N. Economia Solidária no Brasil: tipologias dos empreendimentos econômicos solidários. In: VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, Évora, 2014.

FERREIRA, Luciene B.; TORRECILHA, Nara; MACHADO, Samara H. S. A técnica de observação em estudos de administração. In: XXXVI ENCONTRO DA ANPAD, Rio de Janeiro, 2012.

GIL, Antônio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2006.

GUERRA, Jussara G. A. **Mendonça do Amareirão**: os caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte. 2007. DISSERTAÇÃO – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GUERRA, Jussara G. A. Os Mendonça do Amareirão: identidade, memória e história oral. **Revista de Humanidades**, v. 4, n. 8, p.182-198, 2003.

SILVA, Roberto M. A. da. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: conquistas de direitos e desafios institucionais. **Revista mundo do trabalho contemporâneo**, v. 1., p.8-24, 2017.

SIMON, Vanêssa P.; BOEIRA, Sérgio, L. **Economia social e solidária e empoderamento feminino**. Unisinos, 2017.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.